

Um Liceu de Província

Artur David (Escola Secundária Nun'Álvares)



O Liceu de Castelo Branco surgiu a partir de velhas cadeiras de gramática latina, filosofia e retórica instituídas pelo Marquês de Pombal em 1772-73. Instaladas no Convento da Graça desde os fins do séc. XVIII, elas foram transferidas, após a vitória liberal, para a ala

nascente do edifício deixado devoluto pela Misericórdia (ao lado da Igreja de S. António) quando esta foi ocupar aquele convento. Em 1836, quando Passos Manuel criou os liceus, a sua reforma, por inexecutabilidade local, não teve aqui qualquer efeito. A reforma de Costa Cabral (1844) mais adaptada ao meio, permitiu o arranque e, quando em 1848 chegou o professor de oratória e literatura e de história e geografia (cadeiras que vieram substituir a retórica), ficou constituído um júri de 3 professores para julgar os saberes escolares da população do distrito. Em Março de 1852 foi nomeado o primeiro reitor efectivo – José António Morão – e em Maio desse ano reuniu o primeiro conselho escolar. Estava estabelecida a responsabilidade colegial da instituição perante o poder central, bastando apenas que o reitor em sessão solene do referido conselho pronunciasse

as palavras “Em nome de Sua Majestade a Rainha está definitivamente constituído o Liceu Nacional de Castelo Branco” e disso se lavrasse auto para enviar às autoridades.

Na história da instituição definimos três períodos:

I – 1852-1864/65

- As cadeiras leccionadas eram as humanísticas do plano de estudos de 1844, visto a reforma de 1860 ter ficado praticamente, quase sem efeito.
- Entre os professores (1 licenciado em Cânones e outros admitidos por concurso) continuaram a predominar os clérigos, até 1860.
- O reitor, que era desde 1855 o Vigário Geral da diocese, criou em 1857 um curso eclesiástico trienal, que instalado no Liceu era frequentado em 1859-60 por 34 alunos e já em 1860-61 (quando a frequência do Liceu era de 72 alunos) por 42. Em 1862, dos 24 padres residentes na freguesia, 5 já haviam sido formados por aquele seminário.
- O equipamento era miserável e o edifício (3 ou 4 salas) uma ameaça que ruiu parcialmente (sala onde funcionava a escola do ensino mútuo) em 1859. O curso eclesiástico foi instalar-se provisoriamente na sacristia grande da Sé e, para pôr em prática o regulamento liceal de 1863 era necessário arranjar novas instalações, o que efectivamente aconteceu nesse ano, pelo arrendamento de um casarão no largo da Sé.

II – 1864-1917

O novo edifício, embora a pequenez das salas e a pobreza do equipamento, permitiu o arranque do ensino do francês, da matemática e do desenho em 1864-65, e das ciências em 1866-67. Passou a albergar ainda o curso eclesiástico cuja frequência diminuía.

Os novos professores, Ruivo Godinho (francês), Vasconcelos Freire (história) e Moreira de Sousa (matemática e ciências) eram recém-formados; os dois primeiros em Direito e o terceiro em Engenharia pela Academia Politécnica.

Moreira de Sousa, que Teófilo Braga diz ter sido o seu introdutor à filosofia positiva, foi o reitor entre 1871 e 1876. Ruivo Godinho (reitor de 1876 a 1895), acessorado por Vasconcelos Freire, foi o homem de confiança do influente regenerador Vaz Preto na Câmara dos Deputados, Junta Distrital, Câmara Municipal e Misericórdia. Silva Martins, formado em Direito e professor de matemática e ciências desde 1876 (ano do Pacto da Granja) foi o simétrico progressista de Ruivo Godinho nessas instituições e ainda o director do jornal local do seu partido.

O Liceu estava no âmago do jogo das influências e da distribuição dos cargos. Os bacharéis iam substituindo os clérigos, a rede administrativa intensificava-se e a função pública tornara-se um ideal. Os planos de estudo, os programas e os exames adaptaram-se ao novo mundo e, enquanto o português, a matemática, a caligrafia, e o desenho davam acesso às secretarias e às obras públicas o francês abria à geração de 70 as portas da Europa.

Tal como nos primórdios, em que alunos chegavam ao Liceu para fazerem a admissão, o latim e a latinidade na mesma época, a filosofia no primeiro ano, a oratória no segundo e, mais raramente, a história (só para acesso à Universidade), também agora urgia rapidez na conclusão dos estudos. Evitavam-se despesas e perdas de tempo. A lei facilitava-o, privilegiando o ensino particular e mantendo na prática o regime de disciplina.

A resistência ao regime de classe foi por isso um facto até 1895, mas o acesso ao ensino superior e aos cargos médios da administração ia exigindo uma preparação cada vez mais cuidada. O Colégio de S. Fiel, aberto no início da década de 1870, veio resolver esse problema às famílias mais endinheiradas. As mais modestas mantinham os filhos no Liceu e, se não residiam na cidade, mandavam semanalmente a roupa lavada e o cesto dos géneros para obterem dos hospedeiros uma pensão mais módica. O

êxito da reforma de Jaime Moniz (1895) deve muito ao progresso da riqueza e das expectativas de uma classe média que irá fazer a República e quer os filhos doutores. Em Castelo Branco, a pequena revolução industrial dos têxteis, da cortiça e da moagem dos cereais e da azeitona, impulsionada pela abertura do caminho de ferro em 1891, veio dinamizar o comércio e os serviços e entre 1903 e 1910 o número de alunos aumentou de 98 para 209 e a percentagem das alunas de 1,2 para 6,8.

Com a República o Liceu foi elevado à categoria de central (com o curso completo) e recebeu boas instalações no Paço Episcopal, após as obras de adaptação. Entre 1910 e 1915 a frequência aumentou de 209 alunos para 362 e a percentagem das alunas de 6,8 para 17,1. Foi a grande época da Tuna, do Orfeão, dos grupos de teatro, das récitas e dos jornais académicos. Os professores lideravam partidos, dirigiam jornais e presidiam nas principais instituições. O Liceu continuava no centro da vida sócio-política e cultural da cidade.

III – 1917-1974

A voragem da guerra, a matança em La Lys, a pneumónica, a instabilidade sócio-política e a miséria do povo impuseram Fátima. Sidónio foi o messias laico. O saudosismo degenerou em nacionalismo estreito e, enquanto se difundiam as doutrinas autoritaristas a frequência do Liceu que baixara para 241 alunos em 1923, subiu para 390 em 1926 e 707 em 1933. O 28 de Maio, que fora recebido com esperança, degenerou no Estado Novo, e a frequência caiu para 431 alunos em 1944. O Liceu fechara-se na preparação da elite do regime, que se queria disciplinada e disciplinadora, profissionalmente competente e ideologicamente segura. A Mocidade Portuguesa e a Igreja partilharam competências nessa tarefa e, para o efeito, foi inaugurado em 1946, o “palácio” liceal da Av. Nuno Álvares com uma lotação para 600 alunos. Todavia, a evolução da estrutura social e do mercado de trabalho cedo desfizeram tais intenções e a frequência saltou dos 431 alunos em 1944-45 para os 878 em 1954-55 e

1373 em 1967-68, antes da entrada em funcionamento do ciclo preparatório unificado.

Ao paternalismo severo e autoritário do reitor Sérvulo Correia (1945-51) sucedeu em 1953 a abertura cultural e pedagógica do reitor Morão Correia e, sob pressão internacional, a acção democratizadora de Veiga Simão (início da década de 1970) inaugurou uma política tendente à igualdade de oportunidades.

O 25 de Abril de 1974 veio acelerar esta evolução e, abatendo o símbolo de um velho tipo de elitismo, deu ao Liceu o nome de escola secundária.